

Sentidos da crítica na psicologia social: metamorfozes do conceito

**Meanings of critique in social psychology:
metamorphoses of the concept**

Vinicius Furlan Furlan

Pontificia Universidade Católica de São Paulo (Brasil)

Emanuel Messias Castro

Universidade Federal do Ceará (Brasil)

Resumen. Este ensayo tiene como objetivo dilucidar el concepto de crítica cuando está vinculado a la psicología social, estableciendo así el campo que se conoce como psicología social crítica. Con este fin, realizamos una búsqueda bibliográfica que busca señalar la historicidad de la forma crítica y cómo funciona en Psicología Social. Así reconstruimos el camino que siguió el concepto de crítica en filosofía, trazando un camino que va de Kant a Axel Honneth, es decir, desde el nacimiento de la crítica hasta los diversos modelos que le atribuye la teoría crítica; y buscamos articular la proposición de crítica en Psicología Social con las proposiciones de modelos de teorías críticas en filosofía. Se señala, por lo tanto, que una Psicología Social orientada críticamente debe guiarse como una teoría que apunta a apuntar los horizontes hacia la emancipación, por un comportamiento crítico del conocimiento mismo producido y que tiene la praxis como un punto nodal que proyecta la transformación de la realidad social.

Palabras clave: Psicología Social; Crítica; Filosofía.

Resumo. Este ensaio visa elucidar o conceito de Crítica, quando este é vinculada à Psicologia Social, fundando, assim, o campo que se convencionou denominar de Psicologia Social Crítica. Para tanto, realizamos uma pesquisa bibliográfica que busca apontar a historicidade da forma crítica e como esta opera na Psicologia Social. Assim reconstruímos a trilha que o conceito de crítica seguiu na filosofia, traçando um caminho que vai de Kant a Axel Honneth, ou seja, do nascimento do criticismo até os vários modelos atribuídos a este pela Teoria Crítica. Além disso, buscamos articular a propositura da crítica na Psicologia Social

com as proposições dos modelos de teorias críticas na filosofia. Aponta-se, deste modo, que uma Psicologia Social criticamente orientada deve pautar-se enquanto uma teoria que se oriente a apontar os horizontes para a emancipação, por um comportamento crítico do próprio conhecimento por ela produzido e que tenha a práxis como ponto nodal que projeta a transformação da realidade social.

Palavras-chave: Psicologia Social; Crítica; Filosofia.

Abstract. This essay aims to elucidate the concept of Criticism when it is linked to Social Psychology, thus establishing the field that has become known as Critical Social Psychology. To this end, we conducted a literature search that seeks to point out the historicity of the critical form and how it operates in Social Psychology. Thus we reconstruct the path that the concept of criticism followed in philosophy, tracing a path that goes from Kant to Axel Honneth, that is, from the birth of criticism to the various models attributed to it by Critical Theory; and, we seek to articulate the proposition of criticism in Social Psychology with the propositions of models of critical theories in philosophy. It is pointed out, therefore, that a critically oriented Social Psychology must be guided as a theory that aims to point the horizons towards emancipation, by a critical behavior of the knowledge itself produced and that has praxis as a nodal point that projects the transformation of social reality. .

Keywords: Social Psychology; Criticism; Philosophy.

A crítica arrancou as flores imaginárias de seus grilhões, (...), para que se desvencilhe deles e a flor viva desabroche (Marx).

O conceito de crítica na filosofia moderna

O conceito de crítica na filosofia marca profundamente o pensamento filosófico pós-kantiano, inaugurado no final do século XVIII, e deixa traços históricos na filosofia e nas ciências sociais contemporâneas.

Segundo Japiassu (2001), a palavra crítica tem origem grega no termo *Kritiké* que significa a arte de julgar. Em seu sentido filosófico, para esse autor, o termo crítica abrange três campos do saber: a Estética, a Lógica e a Epistemologia. Suas possíveis definições estão ligadas à atitude do espírito que não admite nenhuma afirmação sem que se reconheçam seus critérios ou seus sinais de legitimidade.

A noção moderna de crítica tem seu expoente na figura do filósofo alemão Immanuel Kant (1724 – 1804), que, segundo Japiassu (2001), seria

o fundador do “criticismo”: doutrina filosófica que estuda as condições de validade e os limites do uso que podemos fazer da razão pura, ou seja, da razão que fundamenta o conhecimento sobre as ideias. Desta maneira, o princípio central do pensamento crítico de Kant é relativo ao “o que é conhecer?”.

Como nos mostra Abagnano (2007, p.223), a crítica em Kant é a

Faculdade da razão, em geral, com respeito a todos os conhecimentos aos quais ela pode aspirar independentemente da experiência; portanto, também é a decisão sobre a possibilidade ou impossibilidade de uma metafísica em geral e a determinação tanto de suas fontes quanto de seu âmbito e de seus limites.

O pensamento kantiano, desta forma, preocupava-se em delimitar os critérios necessários para se legitimar a validade do conhecimento sobre os objetos da realidade a partir das ideias puras, por assim dizer, das representações dos objetos da realidade. Daí, para este autor, a crítica ser um índice de possibilidade, ou não, de um conhecimento metafísico que, *a priori*, independe da experimentação.

(...) a Crítica, enquanto estabelecimento das condições de possibilidade da legitimidade do pensamento metafísico, pondo limite às pretensões do dogmatismo e, ao mesmo tempo, tentando o alcance da razão, a fim de afastar o fantasma do ceticismo, procura estabelecer a autonomia da ação e coloca, em bases sólidas, as questões concernentes ao gosto e a arte (...) (Venâncio, 2009. p. 9).

Venâncio (2009) demarca que Kant é o fundador de uma Era onde todo o conhecimento, para que haja o mínimo de validade, tem que passar pelo crivo da Crítica, por sua apreciação, por assim dizer, por seu tribunal.

Ao inaugurar a filosofia crítica, Kant nos reinsere no universo platônico das representações; onde a filosofia, além de sua rica história, ganha uma geografia marcada pela dinâmica oposição entre verticalidade das ideias e horizontalidade dos fatos. Dessa maneira, a realidade objetiva do mundo passa a ser mediada pelo primado da razão. Ideias puras decantam-se sobre a experiência do mundo em si de modo que a verdade noumênica da realidade dilui-se em diversas camadas do fenômeno da razão. E esta razão em Kant, nos diz Garcia-Roza (2007), é soberana.

Essa noção conceitual de crítica, que marca o século XVIII, sofre uma profunda metamorfose em seu fundamento teórico diante da fundação do complexo sistema filosófico hegeliano. Para Assoun (1986), na busca da construção de um projeto materialista de filosofia, o século XIX, na figura do filósofo Ludwing Feuerbach (1804 – 1872), toma a Crítica como um operador antropológico da história, opondo-se ao sistema filosófico universalista de Hegel.

Em Hegel, afirma Assoun (1991), a razão é um absoluto, universal e abstrato que evoca, através da identidade entre sujeitos e objetos, a sistematicidade do mundo. No sistema hegeliano toda a particularidade do mundo está ligada a uma verdade universal, ao espírito absoluto. Em outras palavras, o que o sistema hegeliano propõe é a existência de uma verdade transcendente e a função da filosofia seria o desvelamento dessa verdade através da relação sujeito-objeto, uma vez que esse binômio, bem como qualquer concepção de lógica, é um particular que remete ao universal do espírito absoluto.

A tese da identidade do sujeito e do objeto aparece como pressuposto necessário da existência da verdade. Isto faz supor que: o sujeito que se conhece a si próprio deve, segundo a concepção idealista, ser ele próprio pensado como idêntico ao absoluto; deve ser infinito. Em Hegel, a identidade deve ser pensada como unidade conceitual das contradições, de cuja separação essa unidade resulta: a identidade deve ser concebida como um sistema filosófico unitário do mundo, com toda a riqueza de seu conteúdo (Assoun, 1991 p. 23).

É a superação desse caráter metafísico, do espírito como a força motriz da história, a que se opõe Feuerbach. Nesse sentido, a tarefa dessa nova crítica será demarcar as determinações históricas e como elas constituem a verdade material do mundo. Feuerbach faz com Hegel o que, quase um século antes, Kant fez com a razão: coloca-o sobre o crivo da crítica. O pensamento crítico desse autor é necessariamente a crítica às noções espiritualistas hegelianas.

Segundo Assoun (1986), a crítica de Feuerbach assume a obra hegeliana como cânone de um sistema interpretativo do mundo que precisa ser analisado em sua materialidade tomando seu fundamento teológico, o espírito absoluto, como alvo central da noção de crítica através da própria dialética hegeliana. É tomando o modelo de Feuerbach que a crítica ganhará sua mais celebre configuração iniciada por Karl Marx (1818 – 1883) em sua “Crítica a Filosofia do Direito de Hegel”. Em Marx, crítica e história são redimensionadas a tal ponto que

A tarefa da história, depois de desaparecido o além da verdade, é estabelecer a verdade do aquém. A tarefa imediata da filosofia, que está a serviço da história, é, depois de desmascarada a forma sagrada da autoalienação [Selbstentfremdung] humana, desmascarar a autoalienação nas suas formas não sagradas. A crítica do céu transforma-se, assim, na crítica da terra, a crítica da religião, na crítica do direito, a crítica da teologia, na crítica da política (Marx, 2010 p. 146).

Nessa esteira, Marx (1982) anuncia sua décima primeira tese sobre Feuerbach que, em última instância, é uma denúncia contra todos os modelos de crítica que o precedem: os filósofos interpretam o mundo de diferentes maneiras, porém o que importa é transformá-lo.

O que surge diante desse aforismo é um como operar essa transformação. Para Marx (2010), a filosofia de Hegel se limita a descrever o mundo, ainda que de maneira decisiva, e a filosofia de Feuerbach limita-se a criticar o sistema hegeliano. Diante disso, a concepção filosófica de crítica capaz de superar essas limitações seria a crítica à política. Para Marx, destaca Assoun (1986, p. 42), “a política é, portanto, o elemento que se realiza a nova revolução copernicana”.

A partir da Crítica da Economia Política, em Marx (2013), o conceito de crítica engendra-se ao conceito de materialismo em sua dimensão histórica e dialética. Não é objetivo desse texto focar nesse momento, porém ressaltar que após esse hiato o conceito aparece em sua forma acabada tornando-se agora não mais uma crítica da filosofia ou somente da política, mas a Crítica da Economia Política. A configuração última do conceito em Marx é o da elucidação do problema do conhecimento econômico, mais ainda é demonstrar positivamente como o encadeamento dos fatos econômicos é a força motriz da política que por sua vez é o volante da história.

A Crítica da Economia Política tem, pois, como objeto, a reconstrução da totalidade concreta enquanto totalidade pensada, concreto pensado. Ela acompanha o movimento do pensamento que se eleva do abstrato ao concreto apropriando-se do concreto, isto é, reproduzindo enquanto concreto pensado (Assoun, 1986 p. 48).

O fundamento da Crítica, então, torna-se explicitar como a dialética entre superestrutura e infraestrutura produz a realidade social concreta refletindo historicamente nas organizações das coletividades humanas. O método da Crítica, portanto, não é outro se não a dialética hegeliana, porém não mais justificando como a razão produz ideias no continente do espírito, mas como as condições econômicas e políticas objetivas da realidade produzem a razão e são produzidos por ela.

Nesse sentido, as transformações históricas, sociais e políticas tem sua origem na economia, ou seja, na maneira como as coletividades humanas organizaram seus modos de troca e de produção de riquezas e existência. A estrutura econômica é, então, o verdadeiro alicerce da sociedade sobre o qual se ergue as estruturas jurídicas e políticas (Veras, 2008).

O trabalho da crítica em Marx

(...) articula-se em um duplo processo: aquele pelo qual o teórico distingue através da análise ‘as diversas formas de desenvolvimento’ a fim de ‘descobrir sua ligação íntima’ e depois a ‘exposição do movimento real em seu conjunto’. Ele só atinge seu objetivo se consegue fazer com que ‘a vida da matéria se reflita em sua produção ideal’ (Assoun, 1986 p. 49).

A crítica, assim, é o modo materialista de compreender e julgar o mundo em sua racionalidade própria na medida em que toma como operador a dialética materialista, ou seja, como a dinâmica entre as estruturas sociais são retro-alimentativas, como os modos de produção se reproduzem para manter estável a estrutura social vigente, porém não somente em sua dimensão descritiva. Não basta ao crítico descrever como a matéria social está imbricada, é necessário intervir sobre essa matéria.

No século XX, o programa crítico desenvolvido por Marx originou várias vertentes de pensamento tão diversas quanto numerosas. Uma delas destaca-se, para nós, por redimensionar a noção de crítica destacando-a de sua ligação estritamente umbilical com a economia política e realocando-a para um diálogo com as recém-fundadas ciências humanas. Trata-se da conhecida Teoria Crítica da Escola de Frankfurt, iniciada pelos teóricos ligados ao Instituto para Pesquisa Social.

A Crítica na concepção da Teoria Crítica da Escola de Frankfurt

Segundo Matos (2005), esse Instituto de Pesquisa, que anos depois seria conhecido como Escola de Frankfurt, foi fundado em 1924, com o intuito de integrar pensadores das mais variadas disciplinas que operavam seus trabalhos sob o signo comum de um marxismo não ortodoxo. Jay (2008) aponta que a variedade de disciplinas que coexistiam no instituto permitiram que sua crítica abarcasse as mais diversas áreas da produção humana, ainda que, como demarca Assoun (1991), tendo como um de seus principais operadores a e a Economia Política - ambas derivadas das obras de Marx e Freud respectivamente.

A Teoria Crítica, como ficou conhecido esse programa de estudos e pesquisas, nasce fundamentada no materialismo representado pelas análises sociais da filosofia marxista. Contudo, difere-se dessa por negar o dogmatismo dos marxistas clássicos e trazer para o cerne de suas pesquisas e discussões um revolucionário programa interdisciplinar que dialogava com campos aparentemente distintos, como o materialismo-histórico, o idealismo alemão e a psicanálise de Freud. Jay (2008, p. 83) sintetiza essa questão afirmando que “no cerne da teoria crítica havia uma aversão a sistemas filosóficos fechados”.

Jay (2008, p. 83) aponta que

(...) a teoria crítica como diz o nome, expressava-se por uma série de críticas a outros pensadores e tradições filosóficas. Seu desenvolvimento deu-se pelo diálogo. Sua gênese foi tão dialética quanto o método que ela propunha aplicar a sociedade. Só podemos compreendê-la plenamente se a confrontarmos em seus próprios termos, como uma crítica instigante de outros sistemas.

Em artigo, publicado originalmente em 1937, intitulado “Teoria tradicional e Teoria crítica” (1980), Horkheimer tentou elucidar a

concepção de Crítica, apontando-a como sendo oposta a Teoria Tradicional - todas as epistemologias derivadas do discurso filosófico cartesiano -, em que o contraditório é impensável e sinônimo de irracional. A Teoria Tradicional teria, portanto, a função de elencar os elementos do mundo a partir de uma escala gradativa de sua complexidade, julgada diante do *cogito*, dos elementos menos complexos para os mais complexos.

Diferente desta, a Teoria Crítica seria aquela que opera a *práxis* no sentido marxista do termo, porém sem negar o problema kantiano básico das representações e limitações da razão. Tomando como referenciais pensadores como Kant, Hegel, Marx e Freud, entre outros autores, a Crítica opera alargando sua área de abrangência sem perder sua dimensão sócio-econômica. Com isso o sentido kantiano do termo crítica é resgatado e desempenha um papel fundamental, ainda que emparelhado ao sentido atribuído por Marx (Slater, 1978).

Diante dessa dinâmica conferida ao conceito de crítica pela Teoria Crítica, Assoun (1991) aponta como sendo impossível alocá-lo a uma única definição, e tal intento seria negar a heterogeneidade que confere originalidade a esse projeto. Nas palavras de Horkheimer (1980, p. 152),

As contradições das partes isoladas da teoria não são, portanto, resultantes de erros ou definições mal cuidadas, mas resultam do fato da teoria visar a um objeto que se transforma constantemente e que apesar do esfacelamento não deixa de ser um objeto único. A teoria não acumula hipóteses sobre o desenrolar de acontecimentos sociais isolados, mas constrói a imagem desenvolvida do todo, do juízo existencial englobado na história.

Diante disso, ao invés de buscar definições para o conceito de crítica utilizado pela Teoria Crítica, o que interessa é compreender como esse termo se indexa as análises sociais feitas pelos autores que compõem essa escola. Nobre (2003, p. 9) corrobora com essa ideia apontando que

(...) a Teoria Crítica não se limita a descrever o funcionamento da sociedade, mas pretende compreendê-la à luz de uma emancipação ao mesmo tempo possível e bloqueada pela lógica própria da organização social vigente. De sua perspectiva, é a orientação para a emancipação da dominação o que permite compreender a sociedade em seu conjunto, compreensão que é apenas parcial para aquele que se coloca como tarefa simplesmente “descrever” o que existe – no dizer de Horkheimer, aquele que tem uma concepção tradicional de ciência (...).

O que deve ficar claro é que, mesmo diante de uma complexa trama de conceitos, a Teoria Crítica é marcada por projetos de pesquisa bem delineados e orientados a um lugar comum: a crítica da cultura em seus vários aspectos. Matos (2005) aponta pelo menos três categorias centrais que orientam o programa teórico crítico frankfurteriano: a) a psicologia da personalidade autoritária pautada em categorias da psicanálise freudiana;

b) a dinâmica relação psicossocial do fenômeno da servidão voluntária; e, c) uma violenta crítica da cultura de massa e da indústria cultural que sustentariam as bases ideológicas do capitalismo monopolista.

Tamanha complexidade e diversidade de projetos críticos em questão não passariam incólumes a contradições internas, uma vez que a própria contradição é objeto fundamental no pensamento dos teóricos críticos. Vale ressaltar que, em um primeiro momento, a Teoria Crítica esteve intimamente ligada a Escola de Frankfurt e seus principais expoentes entre os anos de 1923 e 1960 são: Max Horkheimer, Theodor W. Adorno, Walter Benjamin e Herbert Marcuse (Jay, 2008).

O que parece ser consenso entre os estudiosos da história desse movimento é que a Escola de Frankfurt, tantas vezes tida como sinônimo da Teoria Crítica, é na verdade apenas um de seus componentes fundamentais. “A Teoria Crítica, entretanto, designa um campo muito mais amplo do que simplesmente essa configuração histórica que ficou conhecida como Escola de Frankfurt” (Nobre, 2003, p.9).

A Teoria Crítica como crítica do reconhecimento

Assim, o filósofo Jurgen Habermas, após os anos de 1960, desponta como um continuador da Teoria Crítica, ao mesmo tempo em que propõe uma revisão ao pensamento do triunvirato – Horkheimer, Adorno e Marcuse – da Escola de Frankfurt. Segundo Nobre (2003), Habermas inicia sua revisão pelo próprio conceito de crítica à razão de Adorno e Horkheimer expresso na obra “A dialética do esclarecimento” de 1947.

Nesta obra, Adorno e Horkheimer (1985) apontam a racionalidade humana como uma função adaptativa que sustenta a manutenção, a produção e a reprodução da ordem social do capitalismo de monopólios. Adotando um forte pessimismo crítico, esses autores sugerem que a razão instrumental é a única forma de racionalidade dentro do capitalismo administrado (Matos, 2005).

A crítica para eles, então, necessariamente tem que apoiar-se na *aporía* de que ela somente é possível assumindo suas limitações frente ao capitalismo que administra a vida por meio da indústria cultural. Nobre (2003) destaca que é contra essa formulação que se opõe Habermas, o qual propõe um abandono gradual das acepções críticas de Marx, não por negar a crítica, mas por assumir que essas concepções tiveram sua razoabilidade reduzida diante das conformações contemporâneas do capitalismo.

Muñoz (2010) aponta que Habermas potencializa o ecletismo da Teoria Crítica ao condensar em seu projeto os pensamentos neokantianos, historicistas, freudianos e, principalmente, o binômio Marx-Weber, inaugurando assim o campo do pensamento crítico-compreensivo. Com isso ele pretende superar os paradoxos produzidos pelo pensamento da

Escola de Frankfurt em sua crítica à racionalidade instrumental. Como diz Nobre (2003, p. 13),

Para Habermas, a racionalidade instrumental identificada na “Dialética do esclarecimento” como racionalidade única dominante e, por isso, objeto por excelência da crítica não deve ser demonizada, mas é preciso, diferentemente, impor-lhe freios. Para tanto Habermas irá formular uma teoria da racionalidade de dupla face, em que a racionalidade instrumental convive com outro tipo de racionalidade, a comunicativa.

A racionalidade comunicativa estaria, assim, orientada para o entendimento e não para a administração da vida como no caso da Indústria Cultural. Essa nova racionalidade estreitaria os laços sociais produzidos no mundo simbólico permitindo a assunção do mundo da vida, lugar onde a instrumentalidade é subjugada pelos processos comunicativos da ação humana. Assim, como nos mostra Rouanet (1986), a crítica em Habermas é a mediação, até então inexistente, entre uma epistemologia (Razão instrumental) e a crítica da cultura (Razão comunicativa do mundo da vida).

Na esteira da diversificação da Teoria Crítica em relação ao primado da Escola de Frankfurt, chegamos ao atual diretor do Instituto de Pesquisa Social, Axel Honneth. Esse filósofo inicia seu projeto crítico com passos semelhantes ao de Habermas, uma vez que assume como ponto de partida de seu pensamento a crítica a seus antecessores.

Nobre (2003) sugere que, para Honneth, existem tantas semelhanças quanto diferenças entre Habermas e o triunvirato da Escola de Frankfurt, pois o projeto desses autores orbita em torno do conceito de racionalidade instrumental e suas consequências para os modos de organização social dentro do sistema capitalista.

Segundo Honneth (2003), tanto a Teoria Crítica de Habermas quanto a da Escola de Frankfurt são acometidas por um *deficit* sociológico, pois, segundo a tradição da Dialética do Esclarecimento, o capitalismo administrado se transforma em mediador sociológico que operacionaliza a razão sem levar em conta as relações sociais do pequeno cotidiano.

Já Habermas, na busca por distinguir o “mundo da vida” dos sistemas sociais, teria, segundo Honneth, perdido a dimensão do conflito social em detrimento dos problemas da ação comunicativa. “Ele se tornou incapaz de pensar como o próprio sistema e sua lógica instrumental é resultado permanente de conflitos sociais, capazes de moldá-los conforme as correlações de forças políticas e sociais” (Nobre, 2003, p. 17).

Honneth (2003) coloca o conflito social como objeto central de sua nova Teoria Crítica. A superação desse déficit sociológico está em trazer para o cerne da Teoria Crítica a luta por reconhecimento no aspecto dos

conflitos sociais. Em entrevista a Marcos Nobre, pela folha de São Paulo, Honneth destaca:

Parto do princípio de que a crítica social só pode se ligar de maneira imanente às exigências morais e às experiências de injustiça em uma situação dada quando ela é capaz de analisar a gênese e o lugar delas no quadro de uma análise abrangente da sociedade. E para tal análise eu não vejo ainda nenhum ponto de partida melhor do que uma teoria que comece pelo estado social definido por uma prioridade estrutural dos imperativos capitalistas de valorização.

Uma vez feito esse apanhado histórico das noções de crítica que tem sido objeto de discussão no bojo do pensamento filosófico, cabe-nos agora colocar em diálogo essas dimensões no contexto das questões de que se vale a Psicologia Social Crítica.

Psicologia Social como crítica

Desde sua emergência em meados dos anos 70, a Psicologia Social Crítica tem se tornado um saber cada vez mais comum ao corpo epistêmico das Psicologias (Molón, 2002; Ozella & Sanchez, 2001).

Na construção do paradigma de Psicologia Social Crítica podemos identificar alguns sentidos específicos em seu construto: a) epistemológico – se sustenta no pensamento materialista-histórico e dialético; b) metodológico – recorre a práxis como possibilidade de transformação da realidade; c) ontológico – entende o homem como produto e produtor da história e do social, constituído social, cultural e historicamente; d) axiológico - a negação do primado da realidade psicológica do mundo em nome de uma realidade socialmente construída; e, e) ético-político – assume um compromisso com a transformação social da realidade a fim de colaborar para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

E ainda podemos identificar algumas premissas centrais no que se refere à criticidade desta tradição: 1) crítica à psicologia, 2) crítica à tradição positivista e experimental, e 3) crítica à sociedade.

Com relação a crítica à psicologia, Lane (2011) discute um texto específico no qual discorre acerca da proposição de uma nova concepção de homem na perspectiva da Psicologia Social. Para Lane (2011, p. 12), a “desconsideração da psicologia em geral, do ser humano como produto histórico-social, é que a torna, se não inócua, uma ciência que reproduziu a ideologia dominante de uma sociedade”. Isto é, a psicologia deve considerar a infra e superestrutura social em que forjam os sujeitos. Neste sentido, a autora afirma que “toda psicologia é social”, não no sentido de reduzir as especificidades conceituais de cada área de atuação, mas demarcando a partir de cada especificidade “a natureza histórico-social do ser humano” (Lane, 2011, p. 20).

A crítica à tradição positivista e experimental se refere ao fato de que os estudos sustentados neste modelo se preocupavam com a descrição de comportamentos restritos no espaço e no tempo, e não consideravam a relação entre infra e superestrutura da sociedade, reproduzindo a ideologia dominante, pautando-se na observação de frequências de comportamentos tidos como naturais e universais. A crítica ainda se orientava no sentido de que o positivismo, na busca pela objetividade absoluta, perde o ser humano em sua condição histórica, bem como na desconstrução do mito da neutralidade científica, assumindo claramente o caráter interventivo do pesquisador.

A crítica à sociedade se orienta no sentido de desvelar as contradições que imperam na estrutura societária, as condições desiguais e segregadoras, as formas opressoras e hegemônicas de dominação, exclusão e marginalização das classes sociais, que impedem a emancipação dos indivíduos.

Tanto en la tradición latinoamericana como en la althusseriana, la foucaultiana y la holzkampiana, el problema de la psicología es fundamentalmente el del sistema socioeconómico en el que se inserta. Este sistema es el impugnado en sus expresiones psicológicas de tipo ideológico, invisibilizador y conservador, individualizador y regulatorio-disciplinario, colonial y opresivo. La psicología crítica puede así abrir el campo psicológico a diversos movimientos antisistémicos de aquellos años. Hay coincidencias, complicidades, alianzas e identificaciones entre los althusserianos y los militantes comunistas marxistas-leninistas y maoístas en Francia, entre los holzkampianos y la izquierda radical estudiantil alemana, entre los foucaultianos y las acciones micropolíticas en las sociedades avanzadas, entre los psicólogos liberacionistas y los movimientos antiimperialistas de liberación nacional en América Latina. En todos los casos, como vemos, los psicólogos críticos están altamente politizados y su trabajo teórico es una forma de militancia en las grandes luchas sociales de su época (Pavón-Cuéllar, 2019, p. 22).

Isto implica, por sua vez, uma *práxis* que tenha como horizonte a emancipação social da humanidade. Para Marx (2010a), a noção de *praxis* tem como objetivo a superação das condições materiais que produzem alienação, para que, assim, se efetive concretamente a liberdade humana, que exige, por sua vez, a superação dos interesses sócio-político-culturais e econômicos da sociedade capitalista. Tal noção ainda exige mudanças na rede de relações sociais “apolíticas” – do mercado à família –, que podem se dar por fragmentos emancipatórios pelos rompimentos e negação do *status quo*. Tais revoluções, por assim dizer, podem ser feitas fora da

esfera dos direitos legais dos mecanismos democráticos, os quais, não podemos esquecer, funcionam como parte dos aparatos estatais do Estado “burguês” que garantem a manutenção das relações de produção capitalista.

Pavón-Cuéllar (2017a) demarca que o posicionamento anticapitalista é um dos que melhor define implícita ou explicitamente a orientação política do movimento de opções comunitárias, críticas e libertadoras na Psicologia Crítica latino-americana. Isso se deve a pelo menos três circunstâncias relativamente óbvias: primeiro, a comunidade só pode se privilegiar na contramão do individualismo burguês de concorrentes e consumidores; em segundo, a verdadeira libertação dos povos só pode ser obtida renunciando à completa liberdade de mercado no capitalismo neoliberal com sua liberdade escravizadora de mercado; em terceiro, a crítica não pode ir muito longe sem questionar o sistema capitalista, sua ideologia e sua determinação e uso da psicologia. Podemos dizer que o movimento crítico, libertador e comunitário da Psicologia latino-americana só pode prosperar combatendo as tendências psicológicas adaptativas, opressivas e atomizantes pelas quais o capitalismo globalizado se caracteriza com seu pensamento individualista liberal único e com seus efeitos de pobreza, submissão e ignorância.

A partir de suas premissas críticas e sentidos de sua construção, a Psicologia Social inscreve-se no seio das epistemologias da Psicologia enquanto uma epistemologia contra-hegêmonica, uma vez que sua axiomática infere sobre novos significados nos saberes e fazeres Psi, apresentando duplo télos: crítico e político.

Embora o caráter crítico da tradição da Psicologia Social esteja intimamente ligado à proposta de reconstrução deste paradigma como resposta à crise da Psicologia Social, de acordo com Iñiguez-Rueda (2003), depois da mobilização inicial da crise os mesmos problemas tornam a aparecer, principalmente na tradição europeia e norte-americana. O autor assinala que parte importante da Psicologia Social permanece nas proposições que originaram a crise e que podem ainda se denominar empiricistas. Isto faz com que a emergência e efervescência da crítica se converta num acontecimento pontual e datado, restrito a seu nicho cronológico.

Em um estudo recente, Furlan e Pelissari (2014), ao revisar as publicações da revista *Psicologia e Sociedade* e os anais dos Encontros Nacionais da ABRAPSO que recobrem o período de 2000 a 2010, identificaram que parcela significativa da produção de conhecimento em Psicologia Social Crítica no Brasil tem se preocupado com demandas pontuais e sazonais desprovida de uma crítica consistente e elaborada ao sistema, incorrendo no risco de se produzir uma psicologia social individualizante.

Entretanto, os autores demarcam também que outra parcela dos trabalhos carregam caráter de criticidade e estão sustentados em disciplinas das ciências sociais e da filosofia. Isso permite que os autores possam afirmar que ainda permanecem “identificáveis e demarcados os estudos e práticas críticas e propositivas que conferem à psicologia social um sentido crítico e compromisso ético-político visando as transformações das condições históricas macroestruturais e das condições históricas e objetivas que forjam as subjetividades e a consciência dos sujeitos” (Furlan & Pelissari, 2014, p. 110).

A metamorfose da crítica na Psicologia Social

Estas discussões podem indicar que o conceito de crítica têm sofrido um processo de metamorfose, o que o levou, neste momento, a comportar o sentido de uma espécie de significante vazio, que, conforme Laclau (2011), expressa um significante sem significado, pois, não sendo rígidos seus significados, mas mutáveis, o significante pode ser preenchido pelo significado que é de interesse de quem o faz uso.

A definição do que pode ser considerado uma Psicologia Crítica, como destaca Pavón-Cuéllar (2017a), não é das tarefas mais simples. Por isto, é necessário especificar o significado desta caracterização tomando como ponto de partida a realidade política na atualidade.

Pavón-Cuéllar aponta a marca indelével dessa metamorfose ao afirmar que a psicologia social crítica pós-moderna é verdadeiramente crítica, mas o é de uma forma um tanto teórico-epistemológica e não diretamente política, embora seja indiretamente política. O trabalho dos psicólogos a serviço do poder é indiretamente minado e deslegitimado pela devastadora crítica pós-moderna do cientificismo, universalismo, objetivismo, empirismo, positivismo e o realismo ingênuo da psicologia dominante. Lembrando-nos da velha crítica transcendente da psicologia em filósofos como Kant e Dilthey, esta crítica teórico-epistemológica realizada por pós-modernistas foi talvez a melhor que poderia ser feita em circunstâncias tão adversas para a crítica política imanente como aquelas que prevaleciam em certos contextos geográficos e sociais espaços durante o último quartel do século XX.

A par deste pós-modernismo, observa-se um movimento de repolitização da Psicologia Social Crítica que tornou-se particularmente visível neste início de século XXI. Como demarca Parker (2015), durante os últimos vinte anos se encontram, no interior da Psicologia Social Crítica, movimentos marxistas, feministas, anarquistas, antipsiquiatras, descoloniais, antirracistas, zapatistas, psicólogos da libertação latino-americanos e outros militantes, defensores de causas ou participantes de movimentos coletivos em várias partes do mundo.

Assim, podemos considerar, com base nestas discussões, que ao conceito de crítica não tem sido atribuído um sentido universal, mas diversas significações capazes de lhe dar sentido.

Deste modo, as discussões filosóficas que caminhamos, e que foram sistematizadas por Nobre (2003; 2013) em modelos de teorias críticas, resguardam determinadas conformações da forma crítica na produção do conhecimento científico e filosófico que são significativas para dimensionar uma Psicologia Social que se afirme de orientação crítica, ou seja, como uma teoria crítica.

É importante demarcar aqui que estamos tratando teoria crítica não apenas àquela alinhada ao projeto proposto pelos teóricos ligados à Teoria Crítica da Escola de Frankfurt, mas teorias que comportam potencial crítico da sociedade e da cultura.

Neste sentido, acompanhamos as discussões de Nobre (2003) que enfatiza que uma teoria que comporte sentido e potencial de uma teoria crítica precisa resguardar ao menos duas dimensões da compreensão do conceito de crítica, as quais estão imbricadas na Psicologia Social: um conhecimento que se oriente à luz da emancipação e que expresse um comportamento crítico de si mesmo.

Conforme demarca o autor,

(...) a Teoria Crítica não se limita a descrever o funcionamento da sociedade, mas pretende compreendê-lo à luz de uma emancipação ao mesmo tempo possível e bloqueada pela lógica própria da organização social vigente. De sua perspectiva, é a *orientação para a emancipação* da dominação o que permite compreender a sociedade em seu conjunto, compreensão que é apenas parcial para aquele que se coloca como tarefa simplesmente “descrever” o que existe – no dizer de Horkheimer, aquele que tem uma concepção tradicional de ciência. Dito de outra maneira, sendo efetivamente possível uma sociedade de mulheres e homens livres e iguais, a pretensão a uma mera “descrição” das relações sociais vigentes por parte do teórico tradicional é duplamente parcial: porque exclui da “descrição” as possibilidades melhores inscritas na realidade social e porque, com isso, acaba encobrindo-as (Nobre, 2003, p. 9, grifos do autor).

O autor complementa adiante apontando a segunda dimensão para uma teoria crítica:

Por essa razão, a orientação para a emancipação que caracteriza a atividade do teórico crítico exige também que a teoria seja expressão de um *comportamento crítico* relativamente ao conhecimento produzido e à própria realidade social que esse conhecimento pretende apreender (Nobre, 2003, p. 9, grifos do autor).

Resgatamos, neste sentido, estes dois princípios apontados por Nobre, os quais entendemos que permitem dar solo para uma Psicologia Social que se afirma enquanto uma teoria crítica da sociedade. Deste modo que se firme como: 1) uma teoria que se oriente a apontar os horizontes para a emancipação; e, 2) uma teoria que se oriente por um comportamento crítico do próprio conhecimento por ela produzido.

Entretanto, entendemos ainda que a proposição de uma Psicologia Social Crítica não apenas se restringe à especulação filosófica para compreensão das contradições do aparato societário, mas parte da ideia da crítica da Economia Política de que é necessário um compromisso ético-político com a transformação da realidade social. A partir deste ponto, tomaremos por definição mínima de Psicologia Social Crítica a noção desenvolvida por Lima e Lara Junior (2014, p. 8) quando escrevem que

Seguindo a perspectiva crítica trazida pela Psicologia Social brasileira – a qual chamaremos de Psicologia Social Crítica daqui em diante – lançamos-nos em uma proposta que sinaliza a ênfase nas metodologias críticas que, por sua vez, cumprem a função de dismantelar formulações discursivas de erros, de ilusões, insinceridades e de cinismos. Ou seja, são ferramentas capazes de ruir as imprecisões que se estruturaram para promover, patrocinar e/ou manter relações opressivas (...) A função da crítica é desvelar aquilo que não se quer saber. De uma forma extremamente oposta a Psicologia Social tradicional (experimental/positiva), essa Psicologia Social Crítica pode ser descrita como aquela que não reduz a leitura da “realidade” ao que existe. Sendo que sua tarefa consiste, precisamente, em conceituar e avaliar as condições e alternativas subjetivas e concretas frente ao que está empiricamente dado. Ela é crítica do que existe como desigualdade de oportunidades e do que é produzido e reproduzido pelos regimes de invisibilidade. Ela parte do pressuposto de que nossas vivências não esgotam as possibilidades de existência e que, portanto, existem alternativas às alternativas atuais diante das condições historicamente construídas de discriminação, de exploração, de segregação, de adaptação e de poder.

Neste sentido, resguardamos a ideia de que a dimensão da *práxis* é intrínseca a uma Psicologia Social Crítica. Dito de outro modo, a *práxis* configura um aspecto central na proposição da Psicologia Social Crítica: ela está indissociada da *práxis* cotidiana. A implementação desta tradição orienta-se, assim, de modo particular pela indissociação entre teoria e a prática, “conferindo ao pesquisador o papel de agente político, responsável pela transformação da realidade e promotor da emancipação” (Lima, Ciampa & Almeida, 2009, p. 225).

Como afirmam Euzébios e Gradella (2020), um projeto de Psicologia Social Crítica pressupõe um projeto de sociedade que considera necessário algum nível de transformação social, entretanto, os dilemas ético-políticos resguardam muitos significantes, razão pela qual existem inúmeras vertentes no vasto campo das Psicologias Críticas.

Considerações finais

As discussões que pairam no seio da Psicologia Social como forma crítica podem parecer, por vezes, ultrapassada. Retomar as dimensões dos sentidos da forma crítica, cujo significante está cada vez mais esvaziado pelas das atuais práticas psicossociais de caráter significativamente pragmático, objetivista e tecnocrático, é retomar seu potencial crítico de caráter revolucionário. A negação da potencia revolucionária da crítica, como apontamos, pode ser uma das consequências das problemáticas que estão colocadas nos marcos da cultura contemporânea, produzida sob a forma industrial e mercadológica, pautadas, no cenário atual, numa razão cínica, que contribui para a perpetuação das situações de desigualdade, exclusão e exploração, bem como dominação e opressão.

Neste sentido, resgatar estas dimensões da forma crítica, como possibilidade de renovação do potencial da razão crítica na Psicologia Social, não significa se limitar a determinado conjunto de autores, mas a construção de um conhecimento e uma práxis que tenham como fio condutor compreender e apontar as contradições da sociedade contemporânea e da cultura produzida sob a forma industrial, em que tem sido hegemônica as formas de racionalidade cínica e instrumental.

O vir a ser da Psicologia Social Crítica dependerá de sua politização: de sua relação com aquelas lutas sociais anticonformistas que lhe permitem resistir contra a despolitização, contra a reabsorção na psicologia apolítica e acrítica. Para que a Psicologia Social Crítica não se torne mais uma psicologia entre outras, ela precisa manter todo o vigor de seu elemento crítico imanente, que é também seu elemento político, isto é, sua dimensão intrínseca de práxis.

É na crítica que reside sua dimensão emancipatório. O horizonte utópico da Psicologia Social Crítica, enquanto télos para a emancipação humana encontra lugar em sua crítica imanente. O ponto nodal que tece emancipação e crítica é sua práxis libertadora. A práxis constitui o significante material da possibilidade de concretização de sua crítica social.

Referências

- Abbagnano, N. (2007). *Dicionário de filosofia* (5ª ed). São Paulo: Martins Fontes.
- Adorno, T. & Horkheimer, M. (1985). *Dialética do Esclarecimento: fragmentos filosóficos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Assoun, P. (1991). *A Escola de Frankfurt*. São Paulo: Ética.
- Assoun, P. & Raullet, G. (1986). *Marxismo e Teoria Crítica*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Furlan, V., & Pelissari, M. A. (2014). Campo psicossocial: estudo dos temas e contextos publicados pela ABRAPSO entre 2000-2010. *Impulso: Revista de Ciências Sociais e Humanas*, 24(60), 87-99.
- Honneth, A. *Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais*. São Paulo: Ed. 34, 2003.
- Horkheimer, M. (1991). Teoria Tradicional e Teoria Crítica. In: Adorno, T. & Horkheimer, M. *Textos Escolhidos*. São Paulo: Nova cultura.
- Iñiguez-Rueda, L. (2003). La Psicología Social como Crítica: continuismo, estabilidad y efervescencias tres décadas después de la “crisis”. *Interamerican Journal of Psychology*, 37(2), 221-238.
- Japiassu, H. (2001). *Dicionário básico de filosofia* (3ª ed). Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Jay, M. (2008). *A Imaginação dialética: História da Escola de Frankfurt e do Instituto de pesquisa social, 1923-1950*. Rio de Janeiro: Contraponto.
- Laclau, E. (2011). *Emancipação e Diferença*. Rio de Janeiro: EdUERJ.
- Lane, S. (2011). A psicologia social e uma nova concepção de homem para a psicologia. In: Lane, S. & Codo, W. (Orgs.). *Psicologia social: o homem em movimento* (8ª ed). São Paulo: Brasiliense. Originalmente publicado em 1984.
- Lima, A. F., Ciampa, A. C. & Almeida, J. (2009). Psicologia Social como Psicologia Política? A Proposta de Psicologia Social Crítica de Silvia Lane. *Psicologia Política*. 9(18), 223-236.
- Marx, K. *Crítica da filosofia do direito de Hegel*. São Paulo: Boitempo, 2010. Originalmente publicado em 1843.
- Marx, K. *Sobre a Questão Judaica*. São Paulo: Boitempo, 2010a. Originalmente publicado em 1843.
- Matos, O. *A Escola de Frankfurt - Sombras e Luzes do Iluminismo* (2ª ed). São Paulo: Editora Moderna, 2005.
- Molón, S. (2002). A Psicologia social abrapiana: apontamentos históricos. *Interações: Estudos e Pesquisas em Psicologia*. 6(12), 41-68.

- Muñoz, B. (2010). A teoria crítica frankfurtiana contemporânea: heranças e renovações. In Soares, J. C. (Org.). *Escola de Frankfurt: Inquietudes da razão e da emoção*. Rio de Janeiro: EdUERJ
- Nobre, M. (2003). Luta por reconhecimento: Axel Honneth e a Teoria Crítica. In Honneth, A. *Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais*. São Paulo: Ed. 34.
- Nobre, M. (2013). Modelos de Teoria Crítica. In M. Nobre (Org.). *Curso livre de Teoria Crítica*. Campinas: Papirus.
- Ozella, S., & Sanchez, S. G. Breve histórico do desenvolvimento da pesquisa na perspectiva sócio-histórica na PUC-SP. In: Bock, A. M., Gonçalves, M., & Furtado, O. (Orgs.). *Psicologia sócio-histórica*. São Paulo: Cortez, 2001.
- Parker, I. (Ed.). (2015). *Handbook of Critical Psychology*. Londres: Routledge.
- Pavón-Cuellar, D. (2017a). Capitalismo y psicología en la historia latinoamericana: esbozo de recapitulación histórica para proyectos liberadores anticapitalistas. In Pavón-Cuellar, D. *Capitalismo y psicología crítica en Latinoamérica: del sometimiento neocolonial a la emancipación del subjetividades emergentes*. Ciudad de México: Kanankil.
- Pavón-Cuellar, D. (2017b). Subjetividad y psicología en el capitalismo neoliberal. *Psicología Política*, 17(40), 589-607.
- Pavón-Cuellar, D. (2019). Psicología crítica y lucha social: pasado, presente, futuro. *Poiésis*, (37) 19-34.
- Rouanet, S. P. (1986). *Teoria Crítica e Psicanálise*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.
- Slater, P. (1978). *Origem e significado da Escola de Frankfurt: uma perspectiva marxista*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Venâncio, R. (2008). Conceito de Modernidade na Escola de Frankfurt: Kant e Harbermas. In: Veras, A. C. (Org.). *Escola de Frankfurt: diálogos*. João Pessoa: UFPB.

Fecha de recepción: 17 de junio de 2020

Fecha de aceptación: 25 de junio de 2021